



A pesca artesanal em Cabo Verde como obstáculo ao estratagema do progresso: uma reflexão etnográfica sobre a atualidade do “arcaico” e o atraso do “moderno” na gestão estatal das pescarias.

João Paulo Araújo Silva¹

Resumo: Este trabalho busca refletir sobre a escassa base de conhecimento antropológico, sociológico e histórico sobre a pesca artesanal em Cabo Verde como um fenômeno que conecta o passado e o presente das ilhas por meio de seu caráter estrutural. Sua manutenção como algo permanente, mesmo depois do processo de independência, relaciona-se tanto com o comportamento ideológico de suas elites governantes, como com a força e a violência ainda exercidas pelas antigas potências coloniais europeias como meio de garantir seus interesses imediatos na região. De nossa perspectiva, defendo que a apreensão etnográfica deste universo, partindo principalmente daquilo que os pescadores narram sobre seu ofício, pode vir a contribuir de maneira singular para a problematização do conflito socioambiental vivido pelos pescadores artesanais do arquipélago em função da sobreposição da pesca industrial nacional e estrangeira nas áreas tradicionais de captura e da consequente escassez estrutural do pescado que esta intrusão tem acarretado para as comunidades pesqueiras das ilhas. Apesar de amplamente presentes em todas as ilhas do arquipélago, em termos sociais e políticos tem sido possível identificar os atores da pesca situados em uma espécie de margem social que oblitera o caminho para que suas práticas e saberes sobre o mar sejam levados em conta nas formulações da gestão estatal do espaço marítimo que, nas últimas décadas, vem apostando fortemente em um processo de comoditização deste espaço, aprofundando a disputa pelo pescado a patamares dramáticos. No âmbito desta disputa, as comunidades pesqueiras têm sido capturadas nas teias de uma guerra classificatória que, acionando imagens arcaicas do passado colonial das ilhas, as tem associado a imagens de um primitivismo técnico e social que estão longe de corresponder ao que as pesquisas junto a estes coletivos são capazes de demonstrar.

Palavras-chave: pesca artesanal; estado; conflito.

Comecei a realizar esta pesquisa entre os anos de 2015 e 2016 motivado pela vontade de compreender um paradoxo da sociedade caboverdiana, envolvendo o universo artesanal pesqueiro que se constituiu nas ilhas ao longo de sua ocupação colonial iniciada em 1460 pela coroa portuguesa. Se, de um lado, a pesca artesanal tem uma grande penetração social e pode ser observada empiricamente como uma base de apoio crucial para a existência de milhares de

¹ Doutorando do departamento de Antropologia e Arqueologia da Universidade Federal de Minas Gerais.

famílias do arquipélago (Silva 2018), por outro, sua presença na mídia, na história oficial e na esfera política do país é algo muito aquém daquilo que ela agrega a esta sociedade.

Para citar dois exemplos bastante significativos destas ausências sobre as quais estamos falando, ao longo dos anos em que venho pesquisando este tema, não soube de nenhum parlamentar caboverdiano tematicamente envolvido com a atividade. Em um dos livros mais conhecidos sobre a história do arquipélago, encontramos apenas uma solitária meia página dedicada à pesca artesanal do país. As informações são tão exíguas, e este silêncio é tão central para nosso intento, que vale reproduzir integralmente a referência em questão.

As ilhas constituem uma fonte potencial para o desenvolvimento das atividades piscatórias. Isso fica reforçado se atendermos a que os Portugueses tinham já prática e tradição de pesca longínqua. Era comum os Portugueses pescarem no litoral africano a sul de Arguim, zona bastante rica em peixe (actual Mauritânia-Rio do Ouro). A pesca no mar alto devia ser praticada de forma livre e liberal pelos barcos que passavam entre as ilhas. Quanto aos moradores e habitantes das ilhas, tudo leva a crer que esta atividade teve também neles apenas um peso subsidiário, apesar de algumas zonas serem ricas em pescado. Esta potencialidade não foi alvo privilegiado de investimento dos moradores e da Coroa. O espaço marítimo do arquipélago era “francamente” utilizado pelas armadas e navios de passagem, que utilizavam zonas ricas para se aprovisionarem de peixe. Diz Gaspar Frutuoso: “E da banda do Sul dela (Santa Luzia) e da de S. Nicolau, estão dois ilhéus de muito peixe, onde fazem pescaria os navios que vão para o Brasil e S. Tomé”. As notícias sobre a pesca praticada pelos moradores são quase inexistentes. Porém, sabemos que nas primeiras décadas do século XVI os moradores do Fogo tinham por hábito pescar nos ilhéus secos e desertos a norte da ilha de Brava. Mas, ao que tudo indica, esta atividade foi interdita pelo capitão-donatário da ilha do Fogo por volta de 1540. Este reivindica que um dos ilhéus onde moradores iam pescar “está no montado” que diz “Vossa Alteza (rei) lhe fazer dele mercê para montado”. A atividade criatória sobrepe-se à da pesca, inibindo-a. A extrema exiguidade dos registros documentais leva-nos a concluir que se trata de uma fonte subsidiária de rendimentos. (Silva 2001: 225)

Esse tipo de deslocamento entre realidade e representação, tão característico de sociedades pós-coloniais do terceiro mundo, nos parece parte de um complexo de relações que em alguns lugares foi capaz de criar cisões e distanciamentos tão profundos entre diferentes segmentos de uma mesma sociedade que nos permitem relacioná-los ao maniqueísmo que caracterizou o mundo colonial (Fanon 1968: 30).

No Brasil, por exemplo, é notória e amplamente conhecida a ausência da comunidade negra e indígena nos espaços de poder, apesar de se tratarem de grupos com enorme destaque em termos sociais no processo de formação e de reprodução material e simbólica da sociedade.

Ainda no caso do Brasil, é necessário notar o papel do “racismo estrutural” neste jogo perverso de obliteração do real a partir da contaminação de toda a estrutura social pela exclusão da comunidade negra dos espaços de poder (Almeida 2019).

Considero de extrema importância a abordagem destas questões em um trabalho etnográfico, primeiro porque acredito que seja uma forma de implicar a antropologia em discussões contemporâneas que, em larga medida, são conexas ao seu escopo de reflexão/atuação. Em um segundo plano, mas não menos importante, me parece salutar a ideia de refletirmos sobre o fato de que o “material” da antropologia advém do “desenvolvimento contínuo das relações de há muito travadas entre as pessoas” que observamos e interrogamos (Bensa 1998: 47), e que, portanto, devemos trabalhar para que o relato etnográfico não se instale em um lugar que evita refletir sobre “a presença passada do tempo” (Bensa 1998: 54), nas formulações de nossos interlocutores.

Com isso, e diante da necessidade de revisitarmos nosso passado para uma melhor compreensão do presente, partindo principalmente da identificação das linhas de continuidades e de rupturas que deixam suas marcas no tempo e espaço do tecido social, não creio ser possível ignorarmos o papel do colonialismo na estruturação tanto do nosso quadro mais amplo de hierarquias sociais, como na constituição de nossas desigualdades internas mais profundas.

Conceitos como o de situação colonial (Balandier 2017), colonialidade do poder (Quijano 2005) ou as reflexões de Franz Fanon (1968) sobre o poder colonial fazem referências muito diretas a esses processos que se iniciaram a partir das navegações europeias e que reverberam no presente, marcando principalmente a condição racial dos sujeitos, sem a qual tanto o colonialismo como o capitalismo simplesmente não operariam (Robinson 2000).

Defendo que a questão do mar e da pesca artesanal em Cabo Verde é emblemática em todos os sentidos que evocamos até aqui. Falamos sobre um arquipélago que foi encontrado inabitado em 1460 e que foi sendo rapidamente povoado em função do tráfico negreiro. As consequências desta ocupação de caráter especulativo são amplamente conhecidas, e as mais impactantes para quem entra em contato com a história do arquipélago, são as inúmeras crises de fome que assolaram as ilhas por séculos (Andrade 1996).

O outro lado desta história, porém, nos conta que, ao longo do processo de ocupação das ilhas, os africanos trazidos do continente foram extremamente hábeis em se adaptarem aos reduzidos espaços de liberdade do regime colonial, já que estamos falando de ilhas de origem vulcânica, com grandes faixas de terrenos impróprios para o plantio e que ainda sofreram um

duro controle da terra disponível que estava majoritariamente voltada para atender às necessidades do comércio metropolitano com os reinos africanos do continente (Andrade 1996).

Em relação ao mar ocorre algo parecido. Apesar das ilhas estarem localizadas próximas a grandes fundos oceânicos, situação que desfavorece a atuação de pescadores artesanais em vários aspectos, o arquipélago está localizado na rota de migração de grandes peixes migratórios, o que torna as ilhas um verdadeiro paraíso para a pesca artesanal. A pesca de linha de mão desses peixes é a modalidade de captura mais difundida do arquipélago e, juntamente com o pastoreio, principalmente de cabras, a criação de porcos e a agricultura de pequena escala, apresentam-se como os pilares de sustentação das classes populares de um país de pouco mais de 500 mil habitantes (Cabo Verde 2004).

Como um dos principais articuladores do movimento revolucionário que culminou no fim do regime colonial no país em 1975, o pensador pan-africano Amílcar Cabral, que dentre tantos outros influenciou intelectuais do porte do educador Paulo Freire, teorizou a revolução como um ato de cultura, o que em sua pedagogia de luta significava dar a devida importância às camadas populares de base tradicional como o meio mais promissor de se alcançar a descolonização do horizonte social e político dos territórios subjugados (Cabral 2011).

Não deixa de ser uma boa surpresa encontrarmos nas discussões contemporâneas sobre a produção antropológica algo que Amílcar Cabral elaborou a partir de sua luta, afinal, o tempo parece ter dado razão a Cabral, pois os anos se passaram, e o ímpeto revolucionário acabou cedendo espaço ao pragmatismo político. Mas a pesca artesanal segue sendo um importante território de reprodução social para amplas camadas da sociedade caboverdiana.

Anthropologists studying social movements have come to learn, in places like Chiapas or Oaxaca, that far from there being a contradiction between tradition and revolution, some of the most creative revolutionary movements spring up among those with the deepest sense of their own traditions (Da Col & Graeber 2011: 29).

Apesar da forma concisa como estamos tratando dessas questões aqui, devo salientar que a resiliência destas agências subalternizadas tem alimentado discussões importantes tanto sobre sua potência no presente, como sobre sua importância para uma ocupação permanente nas ilhas (Dos Anjos, Junior & Brustolin 2016).

Quando falamos da pesca artesanal de linha de mão como uma prática sustentável, antes mesmo de existir esse termo enquanto uma categoria administrativa no horizonte da economia

política do ocidente, não o fazemos a partir de um vazio, mas em função da observação empírica da atividade e de uma espécie de exercício cartográfico sobre sua evolução no tempo e no espaço, ao longo de todo o processo histórico que deu origem a essa sociedade (Silva 2018).

Cabe notar, por exemplo, que a atividade se estabilizou na busca por peixes com bom valor comercial que garantisse vida digna para milhares de famílias envolvidas com o ofício da pesca. Outro ponto crucial da organização social da atividade nas ilhas é a presença dominante do trabalho feminino no mercado do pescado, característica que também pode ser observada em boa parte da costa oeste africana (Acheson 1980; Maldonado 1986), o que assegura que uma parcela maior dos recursos obtidos com a venda do peixe permaneça nas famílias envolvidas com a atividade, já que na maioria dos casos as peixeiras pertencem aos núcleos familiares dos pescadores (Silva 2018).

Em Cabo Verde, onde sempre foi muito desafiador garantir as condições mínimas de existência em função dos longos períodos de estiagem a que a região encontra-se submetida, defendo que os circuitos subalternos podem ser compreendidos como espaços de liberdade construídos laboriosamente a partir das margens do sistema colonial. Espaços de liberdade, porém, nos quais o sentido do vocábulo liberdade irá adquirir certos tons que só podem ser compreendidos à luz das relações contra as quais os pescadores se afirmam detentores de técnicas, práticas e saberes que criam as condições sociais a partir das quais se afirmam como pertencentes a uma comunidade de ofício.

A organização artesanal pesqueira em Cabo Verde produziu e continua a produzir espaços nos quais as hierarquias sociais estão sendo definidas mais pelo que ocorre no mar entre os próprios pescadores do que pelas estruturas de poder que costumam definir a organização do trabalho em terra ou mesmo do trabalho realizado nas embarcações da pesca industrial. A soma desses fatores estruturantes com os quais trabalhamos até aqui, para além de garantirem a abundância do pescado de maneira igualitária dentro da comunidade pesqueira, cria um ambiente de cooperação e de ajuda mútua que fortalece os vínculos dos pescadores entre si, além de se caracterizar como fonte definidora das formas de relacionamento desenvolvidas entre os pescadores e os nichos ecológicos que exploram.

De todo modo, os relatos que coletei sobre o passado, junto a algumas comunidades pesqueiras da ilha de Santiago e da comunidade de Porto Inglês, na ilha do Maio, com quem realizei pesquisa de campo para o mestrado, dão conta de um tempo em que a falta de pescado estava longe de ser um problema para os pescadores.

Na ilha do Maio, sobretudo em relação às décadas de 1970 e 1980, é comum ouvirmos relatos sobre o pescado como algo inserido nos circuitos de trocas locais – se trocava o peixe por milho ou feijão, por exemplo – além dos longos relatos sobre a facilidade que se tinha, apesar dos barcos à vela e da utilização de remos, de se apanhar o peixe em áreas muito próximas da costa.

Com o tempo, veio abaixo o regime colonial. Os combatentes da liberdade lograram alcançar feitos incríveis. Porém, com a liberdade e com a transformação da estrutura administrativa colonial em estado nacional, surge um corpo burocrático que, ao menos em relação às pescas, vai, desde o início, adotar uma postura desenvolvimentista. Primeiramente, de caráter socialista/soviético. E, após a década de 1980, de caráter liberal/capitalista. A meu juízo, ambas serão centrais na estruturação da crise do pescado vivida nos dias atuais pelas comunidades artesanais pesqueiras (Silva 2018).

A partir da documentação analisada ao longo do mestrado sobre as pescas - documentos emitidos pelos órgãos governamentais responsáveis pela gestão das pescarias -, é possível perceber o quanto as pescas artesanais ou tradicionais vão ser pensadas a partir de modelos externos e estranhos a sua organização social, já que passa-se a tentativas reiteradas de transformá-las em algo que, por princípio, elas se recusam a ser (Silva 2018).

Ao fim e ao cabo, a modernização do estado coincidiu basicamente com a estruturação de uma indústria pesqueira nacional, com um corpo burocrático responsável pela gestão das pescarias e com os acordos de pesca com a União Europeia iniciados no início da década de 1990 e vigentes até os dias atuais (Silva 2018).

Todos esses movimentos terão impactos significativos no universo artesanal pesqueiro das ilhas, mas certamente aquilo que mais impacta a organização social dos pescadores é a escassez estrutural do pescado que começa a ser sentida, ao menos pelos pescadores de uma das ilhas mais ricas em pescado no arquipélago, a partir do final da década de 1990 (Silva 2018).

O avanço da modernidade nas pescas tem coincidido com a perda da segurança que a organização social pesqueira garante, tem colocado os pescadores artesanais em maior risco por terem que navegar distâncias maiores para capturarem o peixe e tem obliterado a participação política dos atores da pesca naquilo que eu tenho denominado de gestão estatal das pescarias (Silva 2018).

O discurso do desenvolvimento, da modernidade e do progresso, quando articulados a partir da burocracia estatal, possui efeitos muito específicos e já bastante conhecidos (Escobar

2007). A exploração industrial e capitalista de nichos ecológicos diversos e a sociedade de consumo resultaram no aquecimento do planeta e em uma condição generalizada de insegurança climática (Latour 2018). Esta situação de caos que se encontra cada vez mais próxima de todos nós (LATOURE, 2018), tem colocado cada vez mais em evidência aqueles e aquelas que conduzem experiências sociais distintas das práticas que definem a sociedade ocidental. Em se tratando de Cabo Verde e considerando a extensão e o alcance social da atividade pesqueira no arquipélago, parece-me sintomático de uma perspectiva de sustentabilidade de fachada que a pesca artesanal não seja compreendida pelo Estado como uma aliada de peso.

Em função das desigualdades que caracterizam as disputas políticas em torno da questão da escassez do pescado, tenho buscado trazer para o primeiro plano do debate teórico e político as vozes dissonantes da gestão estatal da pescaria. Isso porque, ao mesmo tempo em que pescadores artesanais da região têm apontado enfaticamente para uma dramática diminuição do pescado, eles também elaboram uma narrativa sobre as pescas que tem o potencial de instigar a imaginação política a projetar imagens de futuros mais promissores para as camadas populares do arquipélago.

Na pesquisa de doutorado, a partir de uma antropologia do mar, como propõe Pereira (2020), tenho buscado ressaltar a importância de se pluralizar os debates sobre a gestão estatal das pescarias a partir da inclusão da perspectiva dos pescadores artesanais nessas tratativas como forma de vislumbrar os contornos dos encaminhamentos políticos que podem enfrentar os conflitos geradores da escassez do pescado na região.

Mais especificamente em relação à gestão estatal das pescarias, tenho dado atenção ao conteúdo das políticas públicas voltadas à exploração do pescado, buscando compreender como a pesca artesanal de linha de mão é apreendida a partir de formulações burocráticas, como se constrói o consenso na esfera política sobre os acordos internacionais de pesca e, finalmente, como a escassez do pescado é retratada no âmbito dessas formulações. A ideia é realçar os contornos de um conflito socioambiental que Paul Little compreende como um tipo específico de conflito que “refere-se a um conjunto complexo de embates entre grupos sociais em função de seus distintos modos de inter-relacionamento ecológico” (Little 2006: 91).

Na localidade de Porto Inglês, por exemplo, a narrativa dos pescadores artesanais de linha de mão sobre seu ofício se apresenta atravessada pelo tempo da escassez como um marco em suas trajetórias nas pescas. Os novos tempos são pensados a partir de uma contraposição

com um passado de fartura que não existe mais em função da penetração de frotas internacionais de pesca industrial nos mares do arquipélago, a despeito das regras dos acordos de pesca que limitam sua área de atuação e impõem limites para suas capturas (Silva 2018).

Nesse contexto, a pesca industrial estrangeira passa a figurar nas narrativas dos pescadores como o principal eixo de ameaça à estabilidade da organização social da atividade artesanal da ilha do Maio (Silva 2018), produzindo um quadro que nos remete aos “cercamentos” bastante frequentes no Brasil, principalmente em contextos que envolvem comunidades tradicionais e grandes projetos de desenvolvimento (Ferraro Junior & Bursztyn 2010).

Junto aos pescadores artesanais, tenho buscado pensar o conteúdo de suas narrativas como um discurso complexo, não linear, porém marcado por um tom de crítica política/ecológica que se contrapõe à lógica assimétrica de nosso tempo em que o “local” tem aparecido, quase que exclusivamente, relacionado à produção da tradição:

Certamente, a crítica do lugar na antropologia, geografia, comunicação e estudos culturais dos tempos recentes têm sido produtiva e importante. Novos conceitos espaciais e metáforas de mobilidade - desterritorialização, deslocamento, diáspora, migração, viagens, travessias de fronteiras, nomadologia, etc. – tornaram-nos conscientes do facto de que as principais dinâmicas da cultura e da economia tem sido significativamente alteradas por processos globais sem precedentes. No entanto, tem havido uma certa assimetria nesses debates. Como Arif Dirlik argumenta (Dirlik 1998, 2000), essa assimetria é mais evidente nos discursos da globalização, onde o global é frequentemente equiparado ao espaço, capital, história e agência, e o local a lugar, trabalho e tradição. O lugar sumiu de vista na “mania da globalização” dos últimos anos, e esse apagamento tem consequências profundas para nossa compreensão da cultura, do conhecimento, da natureza e da economia. Talvez seja hora de reverter parte dessa assimetria focalizando novamente - e da perspectiva proporcionada pelas próprias críticas do lugar - na vitalidade contínua do lugar e nas criações do lugar para a cultura, a natureza e a economia (Escobar 2001: 141, tradução minha)².

² “To be sure, the critique of place in anthropology, geography, communications, and cultural studies of recent times has been both productive and important, and continues to be so. New spatial concepts and metaphors of mobility— deterritorialization, displacement, diaspora, migration, traveling, border- crossings, nomadology, etc. — have made us aware of the fact that the principal dynamics of culture and economy have been significantly altered by unprecedented global processes. Yet there has been a certain asymmetry in these debates. As Arif Dirlik argues (Dirlik 1998, 2000), this asymmetry is most evident in discourses of globalization, where the global is often equated with space, capital, history and agency, and the local with place, labor, and tradition. Place has dropped out of sight in the “globalization craze” of recent years, and this erasure of place has profound consequences for our understanding of culture, knowledge, nature, and economy. It is perhaps time to reverse some of this asymmetry by focusing anew — and from the perspective afforded by the critiques of place themselves — on the continued vitality of place and place-making for culture, nature, and economy” (Escobar 2001: 141).

Não é demais lembrarmos que as técnicas artesanais de pesca são atividades historicamente identificadas com as camadas populares, desenvolvidas a partir destas e voltadas aos interesses imediatos e internos da população das ilhas, ao contrário dos empreendimentos coloniais de exploração do território como a exploração do sal, a pecuária, a produção de cana ou o cultivo do algodão (Albuquerque 2001). Neste ponto da discussão, podemos traçar importantes paralelos históricos entre a pesca artesanal caboverdiana e a pesca em jangada presente na costa do nordeste brasileiro, também desenvolvida nas margens da sociedade colonial pelas mãos dos escravizados que a transformaram em um importante instrumento de resistência à opressão da sociedade escravocrata, resistindo tanto a esta, quanto ao tempo, já que é possível vê-la ainda hoje como uma atividade produtora de liberdade em relação à sociedade de mercado (Ramalho 2007; Silva 1993).

Esse breve paralelo pode ser útil diante da escassa base de informações sobre a história do desenvolvimento da pesca artesanal em Cabo Verde. O trabalho de Silva (1993) sobre o surgimento das jangadas no nordeste deixa sobejamente demonstrado que a sua consolidação se deveu tanto ao interesse dos senhores de engenho pelo pescado capturado pelos jangadeiros como pelo desinteresse do regime colonial pela exploração sistemática das áreas litorâneas, como fatores que influenciaram e possibilitaram a consolidação do ofício da jangada.

Considerando as condições ecológicas adversas de Cabo Verde, que levaram os primeiros colonizadores a enfrentarem dificuldades imensas para se instalarem nas ilhas de forma permanente, é difícil imaginar que tenha havido fortes objeções dos europeus ao desenvolvimento de técnicas por parte dos escravizados que os beneficiassem. A historiografia das ilhas também sugere que é somente séculos depois de sua ocupação que a pesca irá ser inserida no circuito de interesses coloniais por meio da captura de baleias por norte-americanos, o que sugere, assim como ocorreu no nordeste brasileiro, um território propício à consolidação de redes locais de conhecimento sobre o mar.

Estes apontamentos não resolvem as importantes lacunas deixadas pelos historiadores das ilhas sobre o desenvolvimento da atividade pesqueira em Cabo Verde, mas eles nos ajudam a compreender a escassez do pescado nestes territórios como uma novidade para os coletivos artesanais de pesca, ou como a consequência direta do processo de aprofundamento do interesse da sociedade industrial capitalista em relação ao espaço marítimo e à sistematização de uma exploração estruturada em escala industrial dos recursos do mar, situação que se desdobra em uma das disputas políticas mais sensíveis do país, apesar do pouco que se fala oficialmente

sobre a crise.

Estudar as relações entre Cabo Verde e a União Europeia no âmbito dos acordos de pesca, portanto, informa-nos não somente sobre negociações de pescado, mas sobre como se estruturam as relações políticas entre partes tão desiguais diante de um cenário de escassez acentuada do peixe que compromete a atividade de pesca responsável por cerca 60% de todas as capturas artesanais do país (Silva 2018; Cabo Verde 2004).

Essas diferentes camadas de abordagens sobre o universo da pesca possibilita a compreensão de diferentes camadas que compõem o conflito socioambiental em questão, caracterizado tanto pela sobreposição de lógicas distintas de exploração do pescado, incidindo sobre um mesmo nicho ecológico, como pelas relações desiguais de poder que conformam o campo das disputas.

Um conceito propriamente antropológico do conflito vai além de um foco restrito nos embates políticos e econômicos para incorporar elementos cosmológicos, rituais, identitários e morais que não sempre são claramente visíveis desde a ótica de outras disciplinas. Um olhar antropológico pode enxergar conflitos latentes que ainda não se manifestaram politicamente no espaço público formal, porque os grupos sociais envolvidos são politicamente marginalizados ou mesmo invisíveis ao olhar do Estado (Little 2006: 91).

Ao incorporar a percepção dos pescadores artesanais sobre a situação atual dos estoques de peixe nas discussões elaboradas pelos agentes do Estado que atuam na gestão das pescarias, pode-se perceber a distância significativa existente entre aquilo que a elite governante deseja para as pescas e o que a realidade dos mares do país tem conseguido comportar (Silva 2018). Essa postura metodológica, contudo, tem nos levado a analisar as conexões do fenômeno relativamente recente de escassez do pescado na região com um horizonte de macro processos que extrapolam tanto o contexto político local como o próprio continente africano.

Para realização desta pesquisa, tenho avançado basicamente sobre duas frentes de trabalho cujos resultados obtidos estão sendo articulados aos resultados dos poucos pesquisadores que também têm se debruçado sobre o mesmo tema, visando ampliar o corpo crítico de análises da situação da escassez estrutural do peixe no arquipélago. Diante da grande lacuna de material histórico e etnográfico sobre as comunidades de pesca de linha de mão em Cabo Verde, eu pretendo contribuir para aumentar a base empírica sobre a organização social

da pesca artesanal a partir de trabalho de campo na cidade de Tarrafal, ilha de Santiago.

Para melhor discutir a importância social e econômica da pesca artesanal de linha de mão no contexto do arquipélago, a partir da trajetória histórica desse coletivo de pescadores, tenho explorado etnograficamente aquilo que é tido muitas vezes como velho, atrasado e tradicional, como algo que pode, ao contrário, ser lido como potência, devido a sua capacidade de produzir espaços de liberdade que marcam, profundamente, a trajetória dos sujeitos envolvidos com a atividade. Já em relação ao Estado, e, mais especificamente, em relação ao que venho denominando de gestão estatal das pescarias, tenho analisado documentos governamentais produzidos sobre as pescarias que vão desde os relatórios e pareceres relacionados aos acordos internacionais de pesca com a União Europeia até os denominados planos de desenvolvimento da atividade, com a finalidade de trazer à tona como a pesca de linha de mão e as demandas políticas das comunidades encontram-se inseridas nestes documentos.

Afinal, como demonstra Bourdieu (2012), aquilo que denominamos por Estado é abordado de diferentes maneiras na teoria social, mas para compreendê-lo em sua dimensão estrutural é preciso evitar o equívoco da tradição marxista que busca entender o mecanismo a partir, exclusivamente, de suas funções (Bourdieu 2012: 32). Também não se deve compreender o estado como um aparelho voltado para a garantia do bem comum, já que esta é a versão do Estado sobre si mesmo, nem tampouco como um mecanismo de coerção em favor das classes dominantes, mas como uma “ortodoxia”, uma “ilusão bem fundamentada” ou um conjunto de “princípios ocultos, invisíveis – para designar uma espécie de deus absconditus – da ordem social, e ao mesmo tempo da dominação tanto física como simbólica assim como da violência física e simbólica” (Bourdieu 2012: 34). Com isso, pretendo discutir como se estruturam os jogos de poder nacionais e estrangeiros subjacentes às ações de Estado em relação ao universo pesqueiro como um meio de contribuir tanto para uma necessária pluralização do debate público sobre o mar, como para a conformação de um espaço de reflexão que esteja à altura do papel crucial que os atores da pesca artesanal historicamente desempenham no arquipélago.

Referências Bibliográficas

ACHESON, James M. 1980. “Anthropology of Fishing”. *Annual Review of Anthropology*, 10: 275-316.

ALBUQUERQUE, L. de. 2001. “O Descobrimento das Ilhas de Cabo Verde”. In: ALBUQUERQUE, L. de & SANTOS, Maria E. M. (orgs.), *História Geral Cabo Verde: volume I*. 2ª ed. Lisboa: IICT/Centro de Estudos de História e Cartografia Antiga; Praia: Instituto Nacional de Investigação Cultural.

ALMEIDA, S. L. de. 2019. *Racismo estrutural*. São Paulo: Sueli Carneiro/Pólen.

ANDRADE, E. S. 1996. *As ilhas de Cabo Verde: da "descoberta" à independência nacional (1460-1975)*. Paris: L'Harmattan.

BALANDIER, G. 2014. “A situação colonial: abordagem teórica”. *Cadernos CERU*, 25(1): 33-58.

BENSA, A. 1998. “Da micro-história a uma antropologia crítica”. In: REVEL, J. (org.), *Jogos de escalas: a experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: FGV.

BOURDIEU, P. 2014. *Sobre o estado*. São Paulo: Companhia das Letras.

CABRAL, A. 2011. “Libertação Nacional e Cultura”. In: SANCHES, M. R. (org.), *Malhas que os impérios tecem. Textos anticoloniais, contextos pós-coloniais*. Lisboa: Editora 70.

CABO VERDE. 2004. “Direção Geral das Pescas. Plano de Gestão dos Recursos da Pesca”. In: *Segundo Plano de Acção Nacional para o Ambiente: 2004-2014*, v. 6. Praia.

DA COL, G. & GRAEBER, D. “Foreword. ‘The return of ethnographic theory’”. *HAU: Journal of Ethnographic Theory*, 1(1): vi-xxxvii.

DOS ANJOS, J. C. G.; JÚNIOR, H. A. de S. & BRUSTOLIN, C. 2016. “Projetos de Desenvolvimento e Populações Locais: Experiências em Cabo Verde e no Brasil”. *Revista Pós Ciências Sociais*, 13(26): 13-29.

ESCOBAR, A. 2007. *La invención del Tercer Mundo: Construcción y deconstrucción del desarrollo*. Caracas: Fundación Editorial el perro y la rana.

FANON, F. 1968. *Os Condenados da Terra*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

FERRARO JUNIOR, L. A. & BURSZTYN, M. 2010. “Das sesmarias à resistência ao cercamento: razões históricas dos Fundos de Pasto”. *Cadernos do CRH*, 23(59): 385-400.

LATOUR, B. 2018. *Down to Earth: Politics in the New Climatic Regime*. Translated: Catherine Porter. Cambridge: Polity Press.

LITTLE, P. E. 2002. “Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil: por uma antropologia da territorialidade”. *Série Antropologia*, 322. Brasília: DAN/UnB.

- LITTLE, P. E. “Ecologia política como etnografia: um guia teórico e metodológico”. *Horizontes Antropológicos*, 25: 85-103.
- MALDONADO, S. C. 1986. *Pescadores do mar*. São Paulo: Ática.
- PEREIRA, M. de J. F. 2020. “Por uma antropolítica do mar: pescadores artesanais em Cabo Verde frentes a acordos de pesca”. *Trabalho apresentado na 32ª RBA*.
- QUIJANO, A. 2005. “A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas”. In: QUIJANO, A., *Colonialidade do poder, Eurocentrismo e América Latina*. Buenos Aires: CLACSO.
- RAMALHO, C. W. N. 2007. *Embarcações do encantamento: trabalho como arte, estética e liberdade na pesca artesanal de Suape, PE*. Tese de Doutorado em Ciências Sociais. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Estadual de Campinas.
- ROBINSON, C. 2000. *Black marxism: the making of the black radical tradition*. Chapel Hill: The University of North Carolina Press.
- SILVA, A. C. 2001. “Espaço, Ecologia e Economia Interna”. In: ALBUQUERQUE, L. de & SANTOS, M. E. M. (eds.), *História Geral Cabo Verde: volume I*. 2ª ed. Lisboa: IICT/Centro de Estudos de História e Cartografia Antiga; Praia: Instituto Nacional de Investigação Cultural.
- SILVA, L. G. S. da. 1993. *Caiçara e Jangadeiros: Cultura marítima e modernização no Brasil*. São Paulo: CEMAR-Centro de Culturas Marítimas.
- SILVA, J. P. A. 2018. *Homens e mulheres de “riba mar”: a pesca artesanal de Porto Inglês, Cabo Verde, em perspectiva etnográfica – MT*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social. Universidade Federal de Minas Gerais.